

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis – OBJECTIVOS AMBIENTAIS E ESTRATÉGICOS E PROGRAMA DE MEDIDAS

Memorando do Workshop – 12.09.2011

Sessão de Abertura (Prof. Teresa Fidélis; Dr.ª Fernanda Maçãs; Eng. Rui Coelho)

Intervenção da Presidente da ARHC:

1. Processo de planeamento e função da participação pública neste processo. Referência ao processo de Consulta Pública de 6 meses que é subsequente à elaboração do Plano;
2. A anterior acção sobre os Cenários Prospectivos teve um sucesso assinalável em termos de participação (n.º de participações duplicou a estimativa inicial);
3. Focou como principal objectivo deste evento apresentar os objectivos do Plano tendo em vista o cumprimento da DQA e recolher contributos sobre a proposta de objectivos e medidas do PGBH;
4. Identificou os moderadores convidados para as sessões temáticas: Prof. Doutor José Figueiredo (UA); Prof. Doutor Veloso Gomes (FEUP); Prof. Alfeu Sá Marques (FCTUC); e Prof. Judite Vieira (IPL);
5. Recomendou, finalmente, que os trabalhos fossem acima de tudo construtivos, procurando a recolha de contributos, sugestões e correcções, numa perspectiva de consenso.

Intervenção da Dr.ª Fernanda Maçãs (Secretária-Geral do CRH)

Focou a necessidade de o PGBH ser um instrumento de qualidade e com aplicabilidade efectiva para a gestão dos recursos hídricos, destacando ainda a importância da participação de todos os presentes e interessados.

Intervenção do Eng. Rui Coelho

Destacou a dimensão da tarefa de elaboração do PGBH num calendário muito apertado e a importância e expectativa relativamente ao Plano e à sua implementação.

Introdução aos trabalhos do Workshop

Fez em seguida a apresentação geral e de introdução aos trabalhos, incluindo a apresentação dos objectivos estratégicos.

Intervenção do Prof. Doutor Rodrigo Oliveira

Em complemento, fez a apresentação metodológica da elaboração das medidas e ponto de situação do Programa de Medidas, apresentando-as sumariamente, agrupadas por origem e também sobre uma proposta nova de arrumação, em que foram divididas por “Programas Operacionais”.

Antes do encerramento da sessão de abertura, a Presidente da ARHC fez uma última intervenção deixando as seguintes notas e que devem resultar da proposta de PGBH:

1. Importância da água e a sua transversalidade na sociedade e no território e sua ocupação;
2. Capacitação interna da ARHC (meios técnicos e humanos) e melhoria da sua organização para cumprimento das competências e objectivos do PGBH;
3. Sendo a RH4 e em particular as BH objecto deste Plano exclusivamente nacionais, entende que este PGBH pode ser um caso-estudo, em matéria de gestão de RH, atendendo a que o Estado Português é completamente independente na sua intervenção;

Sessão da Bacia Hidrográfica do Vouga

Mesa: Eng.^a Celina Carvalho; Prof. Doutor José Figueiredo; Eng. Rui Coelho

O Eng. Rui Coelho apresentou o diagnóstico geral das Massas de Água da BH do Vouga e identificou os principais problemas da BH. Apresentação dos objectivos ambientais e do Programa de Medidas para a BH do Vouga.

Período de discussão:

O Prof. Doutor José Figueiredo manifestou alguma surpresa com os resultados, considerando que nalguns casos as lacunas de informação sejam penalizadoras para a classificação das Massas de Água.

Outra questão suscitada, prendeu-se com a inclusão de uma informação nos principais problemas que refere que 47,5% das instalações de tratamento de águas residuais apresentam apenas o nível de tratamento primário. O Prof. Saldanha Matos esclareceu que neste lote estão incluídas as fossas sépticas.

Neste contexto, foi feita uma anotação quanto à necessidade e avaliar em termos de caudais produzidos nesses sistemas (que normalmente estão associados a bacias de drenagem periféricas, que envolvem pequenos aglomerados urbanos), uma vez que a sua importância ou relevância enquanto pressão poderá ser pouco significativa. Por outro lado, a percentagem de 47,5% referida ao número de instalações, poderá ser pouco representativa em termos de caudais tratados e descarregados.

Isabel Lança (CRSPC) alertou para a necessidade de considerar as alterações climáticas e o aumento de Temperatura, enquanto elemento potencialmente alterador da classificação das massas de água.

R: Nos Cenários Prospectivos foi considerado o fenómeno das alterações climáticas, cuja influência efectiva é relativizada considerando o curto período de tempo que estamos a considerar para o PGBH, nomeadamente para 2015, mas também para 2021 e 2027.

Adolfo Vidal (CM Estarreja) – apontou para a falta de saneamento que ainda existe em zonas periféricas de algumas sub-bacias hidrográficas. Nessas zonas existem explorações pecuárias que podem constituir pressões. Aludiu ainda a outras ocupações que considera hoje estarem completamente controladas em termos de pressão sobre os recursos hídricos, nomeadamente o CQE (Complexo Químico de Estarreja).

Referenciou ainda os problemas associados à intrusão salina, proveniente da ria de Aveiro.

R: No PGBH foi considerada a intrusão salina, considerando-se o fenómeno como estabilizado na zona do Antuã e de Estarreja.

Maria da Conceição Cunha (FCTUC) – manifestou preocupações várias com a informação de base e as metodologias adoptadas, bem como deixou implícita a existência de eventuais lacunas relativamente à proposta do consórcio.

Especificamente referiu que a informação sobre as medidas é opaca (não sendo claro como se chega até à sua concretização), faltando detalhe sobre as mesmas e falta de alternativas em medidas para resposta a determinado problema.

Considerou ainda que há insuficiência na explicitação (contida nos relatórios) de:

- IBEMA
- Modelos para a elaboração de medidas
- Métodos periciais
- Omissões relativamente à proposta técnica do consórcio.

R: Rodrigo Oliveira esclareceu que a informação produzida não se resume ao exposto nos relatórios, embora possa haver melhorias na sua redacção e complemento de informação, nomeadamente sobre as explicações metodológicas e lacunas de informação, especialmente se estas determinaram alterações na metodologia adoptada.

Maria da Conceição Cunha (FCTUC) – considerou que ao nível das medidas há que melhorar as fichas no sentido de objectivar melhor a sua concretização.

Fim da 1.ª Sessão

Sessão das massas de água costeiras

Mesa: Eng.ª Celina Carvalho; Prof. Doutor Veloso Gomes; Eng.ª Catarina Zózimo

A Eng.ª Catarina Zózimo apresentou o diagnóstico geral das Massas de Água das Bacias Costeiras e identificou os principais problemas. Apresentação dos objectivos ambientais e do Programa de Medidas.

Período de discussão

Prof. Veloso Gomes – entende que há uma referência excessiva a medidas já em execução e previstas a longo prazo, que deveriam ser encaminhadas para a Revisão do POOC e falta a referência ao mesmo.

Manifestou discordância sobre a delimitação das Massas de Água costeiras e que na sua óptica induz distorção da classificação atribuída para uma massa de água, especialmente se a mesma apresenta muito poucos pontos de monitorização e poucos dados.

A Eng.ª Catarina Zózimo e o Prof. Nuno Formigo reconheceram essas limitações, em ambos os casos, identificando que para a MA em causa apenas existiam 2 pontos de amostragem.

No entanto, a abordagem metodológica segue o estipulado na DQA, quer em matéria de delimitação, quer em matéria de avaliação da MA.

A Prof. Teresa Melo entrevistou para reforçar que a avaliação de uma MA com base em apenas 2 pontos, no caso particular, pode induzir uma classificação artificial da mesma, embora reiterando que as regras metodológicas estão impostas pela DQA.

O Prof. Veloso Gomes terminou defendendo que estes constrangimentos deveriam ser claramente expressos, mesmo nas peças desenhadas, para mais claramente transmitir aos potenciais leitores.

Em seguida referenciou a importância da intervenção de defesa e estabilização do cordão dunar a Sul da Barra de Aveiro. Esta posição foi reiterada e reforçada também pela Presidente da ARH do Centro.

O Prof. Fernando Gonçalves (UA) considera que os critérios para a classificação das MA costeiras ainda não estarão completamente fechados, podendo haver assim algum grau de liberdade na sua efectivação.

Por outro lado, defendeu a estratégia de revegetação e povoamento florestal de dunas nas obras de defesa e estabilização costeira.

Fim da 2.ª sessão

Sessão da Bacia Hidrográfica do Mondego

Mesa: Eng.ª Celina Carvalho; Prof. Doutor Alfeu Sá Marques; Prof. Doutor Rodrigo Oliveira

O Prof. Rodrigo Oliveira apresentou o diagnóstico geral das Massas de Água da BH do Mondego e identificou os principais problemas da BH. Apresentação dos objectivos ambientais e do Programa de Medidas organizadas por tipologia de intervenção.

O Prof. Saldanha Matos de nota que a maior parte da Bacia Hidrográfica do Mondego estar classificada como sensível, desde a nascente até à Barragem da Aguieira.

Período de discussão:

A Eng.ª Celina Carvalho chamou a atenção para as terminologias bacia e sub-bacia tendo em conta a divisão da Bacia do Mondego em Mondego, Alva e Dão. Alertou ainda para a necessidade de deixar explicado nos documentos que esta divisão da BH do Mondego decorre dos critérios de delimitação estabelecidos pela DQA.

O Eng. José Ferreira dos Santos (ABOPHABM) – a má qualidade da água nas cabeceiras dos rios Pranto e Foja deve-se à actividade agro-pecuária. Referiu que a Associação fez um estudo de monitorização dos nutrientes na água.

O Prof. Fernando Gonçalves alertou que a implementação de medidas de recuperação ecológica não é garantia imediata de alteração da qualidade da MA e da sua classificação actual. A presença de organismos vivos é determinada em grande parte pelas características do biótopo de suporte físico e pela disponibilidade de alimento. Como ex: referiu que a falta de galerias ribeirinhas e nomeadamente a sua

substituição por espécies exóticas diminui a capacidade de colonização por organismos vivos, mesmo que a qualidade físico-química da água melhore.

Deixou ainda uma questão concreta à ARHC – o que se pretende com a medida: Estudo Integrado de Qualidade de água no Baixo Mondego? Levantando a dúvida sobre a perspectiva de novas regularizações no BM.

O Prof. Rodrigo Oliveira esclareceu sobre esta matéria que este estudo se destina a preencher lacunas actuais, quer em locais de monitorização, quer em parâmetros e/ou frequência de amostragem. O Estudo permitirá definir novas acções/medidas de intervenção que se justifiquem e auxiliará a ARHC na decisão sobre solicitações nesta área. No entanto, estas acções não são identificáveis enquanto acções e em termos de quantificação financeira.

O Eng. Mário Samora informou que não conhecendo em pormenor os projectos das intervenções em falta para o BM, as mesmas envolverão essencialmente regularização e limpeza de linhas de água e (re) construção de pequenos açudes.

Em complemento, o Prof. Formigo alertou ainda para outra incerteza que se prende com os parâmetros ecológicos, pois este Plano está a considerar apenas as diatomáceas e o *benthos* e a DQA estabelece ainda os macroinvertebrados e os peixes. Assim, a inclusão destes 2 parâmetros pode inclusivamente alterar a classificação das MA, nomeadamente baixando a sua classificação e com isso obrigar a medidas novas ou adicionais.

João Caldeira Cabral (Confederação Portuguesa das Associações do Ambiente no CRH) – fez uma pequena intervenção manifestando-se contra as intervenções pesadas de regularização de rios.

Finalmente o Prof. Alfeu Sá Marques questionou a metodologia definida na DQA para a delimitação e classificação das MA.

Destacou também a importância das pessoas e da sua presença no contexto do território e dos recursos hídricos e relevou a importância da Barragem da Aguieira na gestão da BH, nomeadamente quanto ao contributo desta para a regulação da disponibilidade de água (controlo da escassez), minimizando até eventual intrusão salina no final da bacia (BM). Um outros aspecto prende-se com o controlo de cheias e minimização dos estragos inerentes às cheias, designadamente para a baixa de Coimbra. Nesta sequência referiu a falta de regularização de caudais do Ceira.

A Eng.^a Celina indicou a necessidade explicar a metodologia e fundamentos da classificação das MA associadas sub-bacia Mondego – Mediocre a montante da Aguieira e Razoável a Jusante.

O Prof. Formigo deu explicação sobre a delimitação (absurda) que resultou para a MA a montante da Aguieira, quer aos critérios da DQA que determinam que a classificação seja determinada pelo parâmetro medido que apresenta pior resultado, independentemente da sua representatividade.

A Eng. Celina reiterou a necessidade de incluir claramente esta explicação nos documentos a colocar em CP para salvaguardar a compreensão dos interessados.

Por fim, a Eng.^a Celina e o Prof. Alfeu (bem como o Eng. Sérgio – Simbiente) propuseram que o consórcio equacione uma proposta de redefinição dos limites desta MA ou de outras onde tal se justifique.

Neste caso concreto, o Eng. Mário Samora lembrou que também a projectada Barragem de Girabolhos resultará na reanálise desta MA.

Fim da 3.^a sessão

Sessão da Bacia Hidrográfica do Lis

Mesa: Eng.^a Celina Carvalho; Prof. Judite Vieira; Prof. Doutor António Monteiro

O Prof. António Monteiro apresentou o diagnóstico geral das Massas de Água da BH do Lis e identificou os principais problemas da BH. Apresentação dos objectivos ambientais e do Programa de Medidas organizadas por tipologia de intervenção.

Destacou em particular os problemas estruturais da rede hidrográfica as descargas não tratadas, especialmente de pecuárias.

Sobre a Medida Acompanhamento da Fuma eviiscalização, o Prof. Rodrigo Oliveira esclareceu que o acompanhamento significa a articulação com entidades afins que detêm competências de fiscalização – caso da DRAPC para a actividade pecuária.

Período de discussão:

O representante da Ass. Regantes do Lis referiu estar em vias de implementação uma nova solução de incorporação dos efluentes pecuários nos solos agrícolas, que minimizará a má gestão nos terrenos dos materiais aí descarregados – obriga a um investimento em novos equipamentos.

Criticou ainda a excessiva burocracia dos actuais processos de valorização agrícola de efluentes pecuários.

Chamou ainda a atenção para a existência de descargas de águas pluviais, das redes urbanas, nas linhas de água do Vale do Lis levantando dúvidas quanto à sua qualidade e ao seu potencial contributo para o decréscimo da qualidade das MA.

Mostrou ainda preocupação pelo entendimento que fez de que o consórcio preconizava um decréscimo da agricultura na BH, para assegurar a melhoria da qualidade da água.

O Prof. António Monteiro esclareceu que tal não proposta do consórcio, esclarecendo antes que eventualmente nos cenários prospectivos perspectiva uma evolução negativa da agricultura, seguindo um tendência vigente nas últimas décadas.

Reforçou ainda o papel que poderão ter as ETES enquanto solução para os efluentes pecuários, considerando a vertente energética e a vertente de gestão dos efluentes, que é neste caso essencial para a sustentabilidade da solução.

O Prof. Fernando Gonçalves alertou ainda para um aspecto transversal a todas as BH – espécies invasoras animais e vegetais.

O Prof. Monteiro informou que embora não apareça na apresentação feita a mesma está vertida numa medida proposta e que é transversal a todas as BH.

Fim da 4.ª sessão

Encerramento

Mesa: Prof. Teresa Fidélis; Eng.ª Celina Carvalho; Eng. Rui Coelho)

O Eng. Rui Coelho manifestou-se convicto do bom decurso dos trabalhos subsequentes, não obstante as tarefas ainda a realizar, e cumprimento do prazo.

A Eng.ª Celina Carvalho tem nesta fase como preocupação estabelecer o documento de suporte à CP e permitir a boa transmissão aos interessados da proposta de PGBH.

A Presidente da ARH do Centro apontou como notas principais do dia:

1. Objectivo fundamental – identificar medidas para promover e melhorar o bom potencial das MA e prevenir a sua degradação – para tal devem estar identificados e articulados os vários actores institucionais, envolvimento financeiro e em particular os custos directos para a ARH do Centro na implementação do Plano – Deixou a questão: Quanto pode custar a fiscalização da ARHC para o cumprimento da DQA?
2. O meio (Recursos Hidricos) têm capacidade de carga pelo que é possível o desenvolvimento de actividades económicas e suprimento das necessidades humanas, sem colocar em causa os objectivos da DQA,
3. O PGBH deve propor delimitações das MA (alterações sempre que justificadas) e a rede de monitorização.
4. O PGBH deve possibilitar a transposição do mapeamento dos recursos hídricos para os IGT (e as entidades responsáveis devem assegurar essa transposição e articulação);
5. FRH – que serviu até agora basicamente para intervenções estruturais deve também ser usado para a implementação do Plano e na gestão da rede hidrográfica.
6. No PROT Centro – já havia referência à necessidade de criar soluções de saneamento para pequenos aglomerados urbanos periféricos.
7. Sistema aquífero Leirosa-Monte Real já constitui hoje uma preocupação da ARHC, nomeadamente no processo de decisão sobre solicitações de uso;
8. Registou ainda a pouca afluência ao evento por parte das CM interessadas

Por último congratulou-se com o trabalho já desenvolvido pelo consórcio e manifestou o agradecimento pelo empenho interno e externo na elaboração do Plano.

Trabalhos encerrados – 16.45h

Elementos Adicionais:

Em complemento dos contributos obtidos durante os trabalhos, a ARH do Centro enviou-nos 2 contributos individualizados:

Parecer da ABOFHABM

Parecer do Representante da Confederação Portuguesa das Associações do Ambiente no CRH.

Importa referir que estes 2 elementos estarão também no CRH do próximo dia 20 de Setembro.

A ARH do Centro enviou também um artigo.